

A EDUCAÇÃO DO EDUCADOR: A SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E O ESFORÇO DE ELABORAÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA

Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Mestre em Educação - UFG

Professor do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação - UFG

RESUMO

O presente trabalho aborda o processo histórico de constituição de uma identidade política por parte dos trabalhadores em educação mediante a organização e luta sindical. Para abordar o assunto, destaco: os aspectos contraditórios do mundo do trabalho que produzem as condições para a organização político-sindical dos trabalhadores; a relação entre trabalho e identidade política; e a luta sindical dos trabalhadores em educação como elemento mediador da construção de uma identidade política. Considera-se, então, que a sindicalização docente, as greves e lutas históricas travadas no âmbito dos conflitos educacionais permitiram a aproximação daqueles trabalhadores ao projeto histórico da classe trabalhadora.

ABSTRACT

The present work approaches the historical process of constitution of a political identity on the part of the workers in education by the organization and trade union fight. To approach the subject, I highlight: the contradictory aspects of the world of the work that produce the conditions for the workers' political-trade union organization; the relation between work and political identity; and the workers' trade union fight in education as element mediator of the construction of a political identity. Then, it's considered that, the teacher's unionization, the strikes and historical fights locked in the extent of the education's conflicts allowed the approach of those workers to the historical project of the working class.

RESUMEN

Lo presente trabajo aborda el proceso histórico de constitución de una identidad política por parte de los trabajadores del magisterio mediante la organización y lucha sindical. Para abordar el asunto, yo resalto: los aspectos contradictorios del mundo del trabajo que producen las condiciones para la organización política y sindical de los trabajadores; la relación entre el trabajo y la identidad política; y la lucha sindical de los trabajadores del magisterio como el elemento mediador de la construcción de una identidad política. Es considerado, entonces, que la sindicalización docente, las huelgas y luchas históricas efectuadas en lo ámbito de los conflictos educativos permitió la aproximación de esos trabajadores al proyecto histórico de la clase obrera.

Este trabalho apresenta reflexões presentes em um conjunto de três investigações concluídas¹ que procuraram compreender as múltiplas determinações presentes no processo de elaboração de uma identidade política por parte dos trabalhadores docentes. Nesse sentido, os elementos aqui desenvolvidos seguem uma reflexão teórico-

¹ - Tais pesquisas estiveram articuladas às investigações tematizadas pela relação entre Educação, Trabalho e Movimentos Sociais e Trabalho, Profissão e Educação Física. Seus resultados finais podem ser encontrados em Silva (2002; 2004; 2006).

histórica (LUKÁCS, 2003), baseada nos pressupostos do método da economia política (MARX, 2003).

O texto aqui apresentado aborda o processo histórico de constituição de uma identidade política por parte dos trabalhadores em educação mediante a organização e luta sindical. A sindicalização docente, as greves e lutas históricas travadas no âmbito dos conflitos educacionais produziram desdobramentos diversos, dentre os quais destaca-se a aproximação daqueles trabalhadores do projeto histórico da classe que vive do trabalho.

A questão da identidade política se caracteriza pelas formas de ação e de auto-representação dos trabalhadores diante dos conflitos sociais e das relações de poder, mediadas pelas formas de organização coletiva de um determinado grupo social. No caso dessa investigação, destaco o papel do sindicato docente como instrumento de mediação entre as aspirações imediatas e corporativas e as questões de cunho mais amplo, que se refere ao projeto histórico de luta pela superação do sistema do capital. Nesse sentido, partimos do princípio de que os/as trabalhadores/as em educação compõem o que Ricardo Antunes (2002) categoriza de classe-que-vive-do-trabalho, ampliando o conceito de classe trabalhadora para todos aqueles e aquelas que, não possuindo os meios de produção da vida material, são levados a venderem sua força de trabalho para isso.

Consideramos o trabalho docente uma atividade complexa em que determinados sujeitos qualificados por um determinado tipo de formação ou não atuam numa profissão em que se lidam com relações humanamente constituídas e constituintes, objetivando o processo de formação de crianças, jovens e adultos, o que envolve, além da competência técnico-científica necessária aos processos de ensino e aprendizagem, um compromisso ético-político vinculado a um determinado projeto histórico. Nesse sentido, a natureza do trabalho docente exige a construção de uma identidade política.

O MUNDO DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA

A organização e a estruturação do mundo do trabalho durante o século XIX e boa parte do século XX estiveram condicionadas pelos determinantes do capital monopolista baseado na indústria e na maquinaria pautado pelo padrão fordista/taylorista de acumulação. Tal forma de organização dos processos produtivos possibilitou a aglomeração de um grande contingente de trabalhadores que, movidos pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais hierárquicas de produção, indignaram-se e lutaram pela manutenção dos salários e por condições de trabalho, reunindo-se em formas de ação e representações de resistência, movimento esse categorizado, num primeiro momento, como coligação. As coligações de trabalhadores se materializam diante de dois objetivos: a extinção da concorrência entre os trabalhadores; o engendramento e aprofundamento da concorrência contra os capitalistas (MARX, 2001).

Tais relações explicitam uma passagem importante de um estágio da luta do trabalho contra o capital, cujas limitações das primeiras investidas do proletariado no conflito explícito ante o capital é concretizado na luta pela permanência dos seus salários (que é necessária ao desenvolvimento da luta de classes), decorrendo da necessidade de constituição da organização coletiva. Tal organização coletiva (as coligações, os sindicatos) desenvolve o caráter político da luta de classes, que passa a não ser mais uma investida conjuntural do mundo do trabalho contra o capital, mas sim estrutural, visando a superação desse modo de produção.

O modo de produção capitalista determina condições adversas de vida às maiorias, transformando a massa da população em trabalhadores. A transformação da massa da população em trabalhadores cria para esses uma situação comum e interesses

comuns, constituindo essa massa em classe diante do capital. A construção da classe diante do capital não garante a sua constituição como *classe para si*, organizada no conflito diante do capital; mas na luta essa classe reúne-se, constituindo-se como classe para si. “Os interesses que defendem tornam-se interesse de classe, explicitando o caráter político da luta de classes. (MARX, 2001, p. 150)”.

Evidencia-se, a partir dessa discussão, o quanto a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho, nas relações estabelecidas entre indivíduos que se situam em condições comuns e que passam a aspirar interesses convergentes, estabelecendo a diferenciação imediata e mediada diante do outro, o capitalista, contribui na formação de uma identidade politicamente engajada na resistência e busca de superação do *status* vigente.

Ocorre que o modo de produção capitalista tem sofrido intensas mutações, que tem impactado diretamente na organização dos trabalhadores e mesmo nos trabalhadores que não têm se organizado coletivamente. Os impactos da reestruturação do modo de produção capitalista no mundo do trabalho provocaram mudanças significativas na classe trabalhadora e em suas formas de organização, atacando diretamente e colocando em crise a instituição mais tradicional de organização política dos trabalhadores, o sindicato. Tais impactos têm intensificado o processo de heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora, exigindo “uma reinvenção de sua prática e ação estratégica. (MASCARENHAS, 2002, p. 15)”.

A centralidade do operariado industrial, como sujeito das transformações históricas, já não se efetiva no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista. A classe trabalhadora já não se circunscreve efetivamente naqueles sujeitos que atuam na esfera produtiva, mas sim em todos que vendem sua força de trabalho ao capital mediante o recebimento de salários, seja na produção fabril, no setor de serviços ou na produção agropecuária, formando assim a categoria *classe que vive do trabalho* (ANTUNES, 2002). A nova configuração da classe trabalhadora exige novas formas de construção de práticas e ações dos trabalhadores diante da sua tarefa histórica e das atuais condições de vida e trabalho a que estão submetidos. Dessa forma, um aspecto fundamental na organização dos trabalhadores diante dos conflitos e das relações de poder – e neste trabalho o aspecto central – é o processo de construção da *identidade política* dos trabalhadores.

Identidade política é aqui entendida como “processo de configuração da auto-consciência de um grupo em que ele elabora sua posição e ação diante dos conflitos e das relações de poder.” (MASCARENHAS, 2002, p. 15). Assim, a identidade política dos trabalhadores configura-se como um processo de construção permanente de um pertencimento auto-representado e auto-definido que se manifesta tanto nas ações como nos discursos dos sujeitos articulados em um determinado grupo. Tal perspectiva de identidade política dos trabalhadores rompe com a idéia de fragmentação em movimentos isolados e fragmentários próprios desta quarta da história, retomando o *trabalho* como categoria central e fundante da constituição do homem como ser genérico.

De acordo com Ciampa (1992), o processo de constituição da identidade ocorre no interior das relações socialmente estabelecidas, cuja negação do outro e afirmação de si mesmo como indivíduo é, ao mesmo tempo, negação de si mesmo e auto-afirmação como ser social. Dessa forma, a construção de uma determinada identidade perpassa pela inserção em um grupo social. No entanto, esse processo não significa o alocamento do indivíduo a um substantivo (eu sou “professor”, eu sou “engenheiro”, eu sou “revolucionário”), mas, ao contrário, significa a constituição da identidade que se materializa pela intervenção do indivíduo no mundo e nas relações com outros sujeitos. O trabalho é o elemento constituinte da subjetividade dos sujeitos e possibilita a construção de grupos.

A constituição da identidade é um processo de permanente construção inserido nas contradições do modo de produção vigente. Construção de identidade não é algo posto/dado como aquilo que o sujeito tem que ascender, mas sim um contínuo processo situado nas relações que o indivíduo estabelece com outros e que se remete necessariamente a um determinado projeto político. Nesse sentido, a constituição de uma identidade política dos trabalhadores da educação significa a afirmação destes como agentes históricos ligados a um projeto de classes que é antagônico ao atual modelo de sociedade. A luta, a resistência, as formas de se posicionar, de pensar e de expressar os conflitos e contradições da sociedade de classes constituem elementos que compõem a identidade política dos trabalhadores.

Dado esses elementos, é importante compreendermos que “[...]o destino de uma classe depende da sua capacidade de esclarecer e resolver em todas suas decisões práticas, os problemas que lhe impõe a evolução histórica.”. Quando categorizamos os/as trabalhadores/as em educação como classe trabalhadora, nos importa “[...] saber até que ponto a classe em questão realiza [...] as tarefas que lhe são impostas pela história [...]” (LÚKACS, 2003, p. 146).

Nesse sentido, a luta pela produção da vida material e a violência presente no interior das relações sociais de exploração e desumanização imposta pelo sistema do capital são momentos decisivos na constituição da ação e das idéias e representações de classe. De acordo com Lúkacs (2003, p. 145),

[...] em primeiro lugar, as próprias condições para que os interesses de uma classe possam se afirmar são muito freqüentemente criados por intermédio da violência mais brutal (por exemplo, a acumulação primitiva do capital). Em segundo, é justamente nas questões da violência, nas situações em que as classes se enfrentam na luta pela existência, que os problemas da consciência de classe constituem os momentos finalmente decisivos.

Desse modo, a construção da identidade política é um processo necessário à elaboração da consciência de classe, que só pode se efetivar no interior dos conflitos e das lutas estabelecidas entre as classes sociais. Tal identidade significa a elaboração, no plano da consciência, das relações entre condições econômicas e poder político da sociedade. No caso dos/as trabalhadores em educação, essa identidade se configura na medida em que esses se organizam em sindicatos e passam a lutar e dar significados às suas lutas a partir de um projeto contrário à lógica do capital, isto é, pautado pela tarefa histórica da classe trabalhadora de superação da sociabilidade destrutiva do capital.

O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DOS PROFESSORES

O movimento sindical docente se configura como um ator social importante no cenário político brasileiro, juntamente com outros servidores públicos, na medida em que esses se organizam e lutam não só pelos interesses corporativos, mas também pelo controle das políticas públicas das respectivas áreas e da apropriação e redistribuição coletiva do fundo público. Nesse conflito, os/as trabalhadores/as se fazem classe e elaboram representações de um “nós” categoria/trabalhadores e do outro pólo do conflito, o Estado capitalista, desvelando, assim, o fetichismo da representação jurídica do Estado².

² - Segundo Marcelo Ridenti (2001), o Estado se apresenta na sociedade capitalista sob um caráter fetichista e jurídico, que se objetiva na sua pretensa neutralidade de classe, na configuração como representante do conjunto dos cidadãos e na sua constituição como entidade responsável pela arbitragem das contradições e

As lutas diárias do trabalhador contra as formas de usurpação de seus salários são conflitos cotidianos que dão suporte a uma luta de maior envergadura (Marx, 1978). Ou seja, a luta conjuntural e muitas vezes defensiva dos sindicatos são os primeiros níveis de conflito entre trabalho e capital, necessários à organização e potencialização da luta de classes como forma de superar o estado de coisas inerentes ao metabolismo social do capitalismo.

No caso da educação, as difíceis condições de vida e trabalho imprimidas aos trabalhadores que atuam nessa área estabeleceram um processo em que sujeitos diversos passaram a vivenciar coletivamente contradições e conflitos semelhantes, criando situações e interesses comuns para uma grande quantidade de trabalhadores. Esses desenvolvimentos desenrolaram numa identificação do trabalho docente ao dos demais trabalhadores, contribuindo para que os trabalhadores da educação começassem a constituir a compreensão de que seu trabalho se caracteriza como um serviço essencial para a maioria da população brasileira, e que suas reivindicações extrapolavam as reclamações corporativo-salariais, integrando-se na luta pelo direito das maiorias a educação pública, gratuita e de qualidade (RIBEIRO, 1987).

Desse modo, a mobilização sindical e política dos trabalhadores da educação, iniciada nos anos de 1970, possibilitaram a esses/as trabalhadores/as a constituição de uma identidade política de esquerda, vinculada aos anseios e necessidades das classes trabalhadoras por democratização da educação com qualidade. Essa identidade é elaborada, segundo Ridenti (1995), na medida em que os professores se constituem como atores coletivos e passam a lutar pela apropriação coletiva do fundo público, por meio da democratização de políticas públicas de saúde, educação, moradia, transporte, previdência social etc, e, também, pela publicização de idéias, valores, representações e práticas contrárias à ordem social do capital, visando a sua superação.

Nesse sentido, as insatisfações com as políticas econômicas restritivas e destruidoras da noção do espaço público como *locus* democrático de exposição dos conflitos sociais, pautadas pelo regime militar, se configuraram como o estopim para a explosão dos movimentos de resistência já no final da década de 1970. Nesse contexto, as mobilizações dos trabalhadores da educação iniciaram um processo de politização do trabalho docente, identificando-se com os demais trabalhadores na luta por uma sociedade mais justa e democrática. As associações dos trabalhadores da educação, que até então possuíam uma perspectiva associativista³, passam a ser disputadas por setores do professorado de orientação à esquerda que, influenciados pelos sindicatos combativos dos trabalhadores do setor produtivo, passam a projetar uma organização sindical nesses moldes. O movimento sindical dos trabalhadores da educação começou a se constituir a partir do confronto entre as formas de se conceber a organização e ação coletiva dentro das associações de professores.

Parte dos trabalhadores da educação começou a disputar o espaço de organização coletiva docente orientada por um projeto histórico vinculado à classe trabalhadora, buscando organizar o espaço associativo como uma entidade sindical de postura combativa⁴. Assim, o modelo de ação adotada se assemelhou à atuação do

conflitos sociais que tendem a romper o contrato social estabelecido pela ordem do capital. Ao caracterizar dessa forma o Estado, vela-se a sua configuração histórica de produto da sociedade de classes, responsável pela manutenção da ordem capitalista, seja pelo consenso ou pela força.

³ - As associações funcionavam como espaço de encontro, lazer, construía-se clubes, organizavam-se viagens, enfim constituíam-se como uma entidade representativa dos interesses hegemônicos, pois não organizava politicamente os trabalhadores, pelo contrario seguiam as regras ditadas pelo Estado, até mesmo por que não era permitido ao funcionalismo público a organização sindical. (VIANNA, 1999, p. 73-74).

⁴ - Como observa Souza (1997), as associações de professores vinham assumindo uma postura sindical diante dos conflitos e contradições sociais, agindo diante do Estado (que além de repressivo se configurava como

sindicalismo combativo e classista presente no *novo sindicalismo* dos setores produtivos, constituindo as greves como principal instrumento de organização e mobilização da categoria em torno de suas reivindicações (VIANNA, 1999).

As greves dos trabalhadores da educação constituíram-se como um espaço privilegiado de exercício de uma *práxis* política, cuja expressão maior foi a constituição de formas de ação e da elaboração de representações contra-hegemônicas. As mobilizações grevistas e as lutas político-sindicais dos/as professores/as se conformaram como possibilidade concreta de publicizar as reais condições da escola pública no país e, conseqüentemente, dos trabalhadores em educação. Além da publicização de um espaço e de relações historicamente caracterizadas como privadas, essas ações e representações condicionaram a constituição de uma consciência coletiva, de uma identidade de um “nós” professores (“sou professor, sim senhor”) baseada na perspectiva do trabalho.

Para Souza (1996, p. 142),

Tais greves são compreendidas como resultados de esforços políticos coletivos, de aprendizado de cada professor, de mudança na sua maneira de sentir, ver e agir, de construção de identidades, permitindo ao docente não só reconhecer-se e ser reconhecido pelos seus pares, como também exigindo o reconhecimento por parte da sociedade e do estado.

O movimento de crescimento do sindicalismo dos trabalhadores da educação constituiu-se como uma busca da construção de uma identidade política desses trabalhadores que, acompanhando uma organização mais ampla da esfera do trabalho, passou a vincular seus interesses aos do restante da classe trabalhadora. Como observa Ribeiro (1987, p. 258), as difíceis condições de vida e trabalho impostas pelo empobrecimento e desvalorização social dos trabalhadores da educação criaram circunstâncias para que esses se organizassem coletivamente, lutassem pelas suas reivindicações e, compreendendo que “seus interesses integram os interesses da maioria dominada da população brasileira”, se formassem politicamente.

Seguindo o aumento da mobilização popular, engendrada pelo movimento de reabertura democrática do país, que possibilitou uma maior participação dos setores oprimidos da sociedade no cenário político nacional, houve um significativo crescimento da ação sindical dos trabalhadores da educação. No processo de transição do Estado ditatorial para o democrático, o movimento sindical ressurgiu sob uma forte capacidade combativa e mobilizante no embate contra as injustiças sociais e as formas autoritárias de poder⁵.

Desse modo, o movimento sindical constituído pelos trabalhadores da educação se caracterizou pela construção de um “sindicalismo classista e de massa” compreendendo os professores como parte integrante do proletariado, apoiado na construção de uma “consciência como assalariado em processo de proletarização” (SOUZA, 1997, p. 115). Esse processo é mediador da constituição do professor enquanto sujeito coletivo, envolvido numa postura política classista diante das contradições da sociedade de classes.

seu “patrão”) de forma combativa e oposicionista desde meados da década de 1970. Entretanto, somente após a promulgação da Constituição de 1988 o setor público (entre eles os trabalhadores da educação) pôde se organizar em sindicatos, passando a regular as entidades sindicais de professores.

⁵ - De acordo com Leite (1997, p. 16) “O movimento sindical experimentou, ao contrário da experiência internacional, um vigoroso processo de fortalecimento nos anos 80, tendo se configurado desde o final da década anterior como um ator social de crucial importância nos processos de reorganização da sociedade civil e transição democrática.”.

O fato de os professores se organizarem coletivamente como uma categoria profissional, lutar por seus interesses imediatos (corporativo-salariais) e, conseqüentemente, estabelecerem uma ação política de classe, constitui-se num movimento de construção de uma auto-representação, de posturas e ações diante dos conflitos e contradições sociais, configurando-se como um importante espaço de construção da identidade política desses trabalhadores.

No entanto, a constituição da identidade política dos trabalhadores docentes não se limita apenas à referência das entidades sindicais, mas trata-se também da construção da compreensão de que o magistério como profissão caracteriza os seus profissionais como trabalhadores que vivenciam e compartilham atividades, necessidades, anseios e lutas semelhantes, ou seja, o trabalho docente cria a possibilidade da composição de um pertencimento; um “nós” professores que se configura como um “nós” trabalhadores. Desse modo, as ações coletivas dos trabalhadores da educação conformam-se como espaços possíveis de construção de uma identidade que expressa a condição que os sujeitos ocupam no mundo do trabalho como professores (VIANNA, 1999).

Caracterizado pelo sindicalismo combativo e organizado pela perspectiva de enfrentamento a partir de mobilizações, greves e luta de massas, os professores do setor público (tal como boa parte do funcionalismo público na década de 1980) engendraram um esforço em estabelecer ações políticas e constituir identidades coletivas.

É importante destacar a capacidade organizativa e a visibilidade política que o sindicalismo do setor público alcançou na década de 1980 no país. O funcionalismo do Estado, denominados pela literatura de assalariados de “classe média”, ocupou significativo espaço no cenário político brasileiro por meio da luta sindical. As mobilizações dos servidores públicos (médicos, funcionários da administração, professores), durante o final da década de 1970 e durante toda a década de 1980, constituiu-se como um “fenômeno relativamente novo e repleto de significados na vida política brasileira.” (MASCARENHAS, 2000, p. 05).

Por meio da organização e luta sindical, o funcionalismo público se aproximou das reivindicações do restante da classe trabalhadora, questionando, além das difíceis condições de trabalho e do achatamento salarial, as determinações autoritárias do Estado brasileiro e as profundas mazelas sociais do modelo econômico e político em vigência. A militância sindical no setor público significou o explicitar da tensão existente com a concepção corporativa do funcionalismo em relação aos governos e o desnudamento do papel do Estado na sociedade burguesa, contribuindo na constituição da identidade política desses trabalhadores.

Como observa Mascarenhas (2000, p. 125),

[...] os funcionários públicos organizados procuram se assenhorear de seu destino social e político e esse é um fator de distinção no esboço de um novo perfil de agrupamento. Certamente, esse processo não se dá de maneira homogênea. De fato, ele se apresenta de forma mais clara em alguns setores do funcionalismo do que em outros. Mas é visível um esforço de constituição e reconstituição de uma prática política e de uma identidade política.

O sindicato dos professores, vinculados ao sistema público da Educação Básica, objetivou suas ações, desde então, sobre três eixos básicos da política: política geral; política sindical; e política educacional. A *política geral* refere-se à inserção no debate e na luta quanto às questões político-legais (constituição, legislações, eleições); políticas sociais de enfrentamento (reforma agrária, emprego); políticas salariais para os trabalhadores em geral; liberdades políticas; e solidariedade a outros povos. Na *política sindical*, os sindicatos dos trabalhadores da educação têm tratado, de forma geral, das

reivindicações salariais e funcionais (plano de carreira, concurso, jornada de trabalho, aposentadoria); e da própria organização sindical dos trabalhadores da educação vinculando-se às lutas dos trabalhadores em geral, unindo as entidades às centrais sindicais, especialmente à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Quanto à *política educacional*, as ações das entidades sindicais inseriram-se nos debates e reivindicações em torno da política educacional em questões referentes ao financiamento, democratização das relações de poder e outros temas específicos como currículo, formação de professores e planos de educação (SOUZA, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É no engajamento e encaminhamento dessas lutas que os trabalhadores da educação têm criado uma prática política objetivando a libertação de determinismos sociais, constituindo leis, realidades, utopias e solidariedade. Esse esforço constitui-se nos dizeres de Mascarenhas (2002, p. 47) como um esforço simbólico de libertação constituinte de uma identidade de classe, expressa por um conjunto de auto-representações e de práticas concretas mediadas pelas instituições organizadas pela classe trabalhadora (sindicato, partido, movimentos sociais).

Desse modo, a mobilização dos trabalhadores da educação nos sindicatos tem-se conformado como *locus* de construção dos professores como sujeito coletivo.

Foi no processo de construção de sujeitos coletivos, no desenvolvimento de práticas próprias de reivindicações, que os professores colocaram em xeque a separação entre a esfera do particular, individual, privado (caracterizada como não-política) e a esfera pública comum (caracterizada como política). Foi nesse fazer-se que se constituiu a identidade de “professores” como sujeito coletivo. (SOUZA, 1997, p. 142).

Nesse sentido, o sindicato, como instituição organizativa dos trabalhadores, é expressão de capacitação e de práticas e ações concretas dos trabalhadores diante dos conflitos e contradições dessa sociedade. Os sindicatos articulam as dimensões da economia e da política, tornando público o conflito entre trabalho e capital que se esconde sob o véu de relações ideologicamente caracterizadas por relações privatizadas. Ao tornar pública relações que têm, paulatinamente, sofrido um processo de privatização, a esfera produtiva e as determinações envidadas de poder são explicitadas saindo da imediatividade dos *locus* de trabalho, proporcionando condições para o estabelecimento de laços políticos entre a classe que vive do trabalho.

A ação político-sindical politiza o *locus* do trabalho explicitando as contradições do capital no conflito aberto que se estabelece diante do patronato em torno das relações econômicas. Ao se tornarem políticas, essas relações extrapolam a imediatividade da luta econômico corporativista e toma o caráter de classes. Nesse sentido, tal como o *locus* de trabalho, o sindicato se conforma como um importante espaço de construção da identidade política dos trabalhadores.

Nesse sentido, a aproximação das classes populares, a partir da massificação da educação pública e a organização político sindical dos professores, tornaram-se importantes vetores da construção de uma identidade política na luta por melhores condições de vida e trabalho, que significa, no limite, a realização de uma educação pública, gratuita e com qualidade para todos. Essa perspectiva de aproximação, objetiva e subjetiva, do restante da classe trabalhadora desmistifica a imagem de corporativismo tão propagada por governos e meios de comunicação e apresenta os professores como sujeitos

coletivos que se organizam e lutam pela realização plena dos direitos, conformados como bandeiras de luta que

[...] não interessa apenas aos profissionais da educação, que são aqueles que mais intensamente a têm difundido, mas interessa a todos que se comprometam com uma sociedade mais justa e democrática. [...] Garantir a todos o acesso à educação e garantir à classe trabalhadora uma formação ampliada (formação geral, formação profissional e educação política) significa contribuir para a construção de uma vida social mais digna. (MASCARENHAS, 2004, p. 27).

Identificar as questões educacionais e suas relações como espaço de expressão dos conflitos e contradições das sociedades de classes, e tornar público isso, tem sido um movimento de publicização de uma esfera da vida social que vem se configurando historicamente como responsabilidade privada e individual. Tornar público a essencialidade humana que envolve o trabalho educativo, as apropriações que o capital faz disso e a desvalorização dos sujeitos envolvidos com a educação pública significa, antes de tudo, uma ação política que envolve a afirmação de um projeto histórico antagônico ao que está em vigência. Significa a constituição dos trabalhadores da educação como atores coletivos que, vinculados à classe trabalhadora, lutam pela realização de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade para as majorias, isto é, materializa a premissa observada por Marx e Engels (1999, p. 12) de que “as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. (orgs). *Psicologia social: o homem em movimento*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 58-75, 1992.

LEITE, M. de P. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade. In: _____. (org.) *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, pp. 09-31, 1997.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. 2ª ed. São Paulo :Abril Cultural (Os Pensadores), pp. 55-100, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *Ideologia alemã*. 11ª ed. São Paulo: Hucitech, 1999.

MASCARENHAS, A.C.B. Educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, J. de M. (org). *Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais*. Goiânia: Ed. Da UCG, pp. 15-28, 2004.

_____. *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

_____. *Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público*. Campinas: Alínea, 2000.

RIBEIRO, M.L.S. *A formação política do professor de 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1987.

RIDENTI, M. *Classes sociais e representação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Professores e ativistas da esfera pública*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, H.L.F. da. *As trabalhadoras da educação infantil e a construção de uma identidade política*. 2006, Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

_____. *A identidade política das trabalhadoras da educação infantil da rede municipal de ensino de Goiânia*. 2004, Monografia (Especialização em Educação Infantil) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

_____. *Planejamento escolar e legitimidade da educação física após a regulamentação da profissão: profissional indivíduo ou professor categoria?* 2002, Monografia (Graduação em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Goiás, 2002.

SOUZA, A.N. de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, M. de P. (org) *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, pp. 113-174, 1997.

_____. *Sou professor, sim senhor!:* representações do trabalho docente. Campinas: Papyrus, 1996.

VIANNA, C. *Os nós do “nós”:* crise e perspectivas da ação docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

Endereço: Hugo Leonardo Fonseca da Silva
e-mail – hgleofs@gmail.com
Rua Queiroz Barreto qd34 lt 18
Parque das Amendoeiras – Goiânia/GO
CEP- 74780-510